



Vigilância sanitária

Anvisa mantém proibição de cigarro eletrônico no País

— Diretoria cobrou mais rigidez no combate ao produto, sugerindo levar o assunto às escolas; especialistas e governo apoiaram veto

PAULA FERREIRA
BRASILIA

A diretoria colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) decidiu ontem por unanimidade manter a proibição da fabricação, importação e comercialização de cigarros eletrônicos, também conhecidos como vapes. Os cinco diretores da agência votaram para aprovar uma resolução que confirma a proibição do produto no País. E também defenderam mais ações contrárias ao produto e uma maior fiscalização.

O relator da proposta e presidente da Anvisa, Antônio Barrra Torres, fechou ainda mais o cerco contra os cigarros eletrônicos. Ele indicou uma série de recomendações para criar uma espécie de política pública de combate aos dispositivos eletrônicos, incluindo a possibilidade de que o tema esteja na grade curricular do ensino fundamental e médio.

“Constitui nosso dever e compromisso com a ciência, em respeito à missão da Anvisa. A consulta pública não trouxe fato ou argumento científico que alterasse o peso das evidências já ratificadas”, disse Barrra Torres.

Os diretores Danitza Buvinih, Daniel Pereira, Rômison Mota e Meiruze Freitas acompanharam o voto do relator. A decisão dos diretores acompanhou o parecer emitido pela

área técnica da agência. Mais cedo, a gerente geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos, Stefânia Piras, apresentou a posição da área e afirmou que não houve contribuições robustas para alterar a posição. Na mais recente consulta pública, a agência recebeu cerca de 850 contribuições, das quais 7 foram validadas, mas não traziam alteração central na norma.

Risco a políticas públicas
Os diretores citaram falta de evidências de que esse dispositivo seja menos nocivo que o tradicional

ARGUMENTOS. Durante seu voto, Danitza mencionou que o produto pode aumentar o risco de iniciação de jovens no tabagismo, citando dados de países que atualmente permitem o produto. Os diretores citaram ainda a falta de evidências de que esses dispositivos sejam menos nocivos do que os tradicionais e disseram que o produto pode prejudicar a política pública de combate ao tabagismo. “A atual posição do governo, expressa pelo Ministério da Saúde, indica que a regulamentação dos dispositivos eletrônicos de fumar configura uma contraposição às políticas públicas de controle de tabagismo no País, podendo inclusive repre-

Saiba mais

● A discussão acabou?

Provavelmente, não. O Projeto de Lei 5.008/2023, que tramita no Senado Federal, pretende regulamentar a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos. Há outras iniciativas no País, até online, de grupos favoráveis ao produto.

● Qual o consumo no País?

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que 17% dos adolescentes a partir dos 13

anos já experimentaram os vapes – 70% deles têm entre 15 e 24 anos. E 60% dos que se declaram consumidores do produto nunca experimentaram um cigarro convencional. No País, são 2,2 milhões de usuários, diz o Instituto Inteli-gência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec).

● O que diz a ciência

Um estudo recente da Escola de Medicina Keck da Universidade do Sul da Califórnia apontou que vapes causam danos até ao DNA. Além disso, dispositivos e sabores populares, como menta e frutas, foram associados a níveis ainda mais elevados de dano.



NILTON FUKUDA/ESTADÃO

Os cigarros eletrônicos, ou vapes, estão proibidos desde 2009

sentar retrocesso aos avanços alcançados pelo Brasil nas últimas décadas”, argumentou Pereira.

O diretor Rômison Mota também acompanhou o voto do presidente da agência e defendeu maior rigor na fiscali-

zação. “É preciso intensificar a fiscalização de comércio ilegal e uso desses produtos em recintos coletivos fechados.”

A diretora Meiruze Freitas afirmou que o Brasil está vivendo um problema de saúde pública no que diz respeito ao uso desses dispositivos. E afirmou que a utilização de cigarros eletrônicos é uma “tendência perigosa” e esses produtos não podem ser promovidos como alternativa segura aos cigarros tradicionais. “Precisamos comunicar claramente que os cigarros eletrônicos, especialmente os descartáveis, contêm nicotina, muitas vezes em alta concentração, que é uma substância altamente viciante; que os cérebros de jovens e adolescentes são particularmente vulneráveis ao vício; que a nicotina tem efeito prejudicial no desenvolvimento do cérebro, especialmente na adolescência”, explicou.

GOVERNO E OPAS. No início da reunião, a Anvisa exibiu manifestações de representantes de entidades e cidadãos que se posicionaram a favor ou contra a manutenção da proibição. Na ocasião, foi exibida a posição do Ministério da Saúde. “Tanto cigarros eletrônicos como os convencionais de tabaco apresentam risco à saúde e não devem ser consumidos pela população. Até o momento, não há evidências que cigarros eletrônicos protegem ou substituem os normais”, disse Leticia Cardoso, do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças não Transmissíveis.

A Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais da Saúde (Conasems) também opinaram contra a liberação do produto durante a nova análise. Médicos reverenciados, como Margaret Dalcolmo e Drauzio Varella, também enviaram vídeos pedindo a manutenção da proibição. ●

ONG de saúde pública comemora decisão; fabricante mundial critica

Após a Anvisa formar maioria para manter a proibição dos vapes no País, a organização não-governamental (ONG) ACT Promoção da Saúde, que atua na promoção de políticas de saúde pública, especialmente no controle do tabagismo, afirmou que “apoiar a decisão da Anvisa” e ressaltou que a nova resolução “está em consonância com as evidências científicas atuais”, de que os dispositivos eletrônicos para fumar “são nocivos à saúde, ge-

ram dependência e não trazem benefícios comprovados para a saúde pública”.

Na nota, a ACT afirmou que “a nicotina encontrada em muitos modelos de cigarros eletrônicos está na forma de sal de nicotina, capaz de promover a instalação da dependência de forma veloz nos usuários e potencializar seus efeitos adversos no organismo”. De acordo com Mônica Andreis, diretora-geral da entidade, “a decisão da Anvisa é im-

portante pois reitera o fato de que até o momento não há evidências que justifiquem uma mudança no sentido de permitir a venda destes produtos, o risco de sobrecarga no sistema de saúde e de criar uma geração de fumantes jovens é alto.”

Já a Philip Morris Brasil, empresa produtora de produtos com tabaco, afirmou que a manutenção da proibição dos cigarros eletrônicos “está em descompasso com o crescimento descontrolado do mer-

cado ilícito, comprovadamente acessível a cerca de 4 milhões de brasileiros que utilizam diariamente um produto sem controle de qualidade”.

O que diz a Phillip Morris
Para a empresa, medida está em descompasso com o crescimento do mercado ilegal de produtos

A empresa afirmou ainda que dispositivos eletrônicos certificados “já são vendidos em mais de 80 países” e “resultados divulgados por diversas agências de saúde ao redor do mundo comprovam que eles podem oferecer menos risco

que o cigarro convencional”. Disse ainda que “é notório que os avanços obtidos no combate ao uso do cigarro convencional se devem a um modelo regulatório não proibitivo, como o definido e aplicado pela Anvisa, que resultou na substancial diminuição na quantidade de fumantes no Brasil, além de ser um modelo celebrado e reconhecido mundialmente”.

HISTÓRICO. Desde 2019, a Anvisa fez uma série de consultas a especialistas a respeito do tema. A agência contratou pareceres independentes a respeito do produto e chegou a emitir alertas sobre a segurança dos cigarros eletrônicos após eventos adversos nos EUA. ●